

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Século 19

Tem início a luta pelo direito à participação política das mulheres, conhecido como "movimento sufragista".

1893



A Nova Zelândia é o primeiro país a garantir o direito ao voto às mulheres. **Kate Sheppard** liderou o movimento que apresentou ao Parlamento neozelandês a petição pelo voto feminino, com cerca de 30 mil assinaturas.

1902

É criada a Aliança Internacional pelo Sufrágio das Mulheres, liderada por representantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. A luta pelo voto feminino nesses dois países inspira movimentos no Brasil e em outras partes do mundo.

1920

Promulgada a 19^a emenda à Constituição dos Estados Unidos, que determina que o direito ao voto não seja "negado ou cerceado em

nenhum Estado em razão do sexo". A norte-americana **Carrie Chapman** está entre as grandes líderes do movimento sufragista nos Estados Unidos.



1927

A professora **Celina Guimarães Viana**, de Mossoró (RN), é a primeira mulher a ter direito ao voto no país, após solicitar em um cartório do seu município para ser incluída na lista dos eleitores. A iniciativa de Celina foi um incentivo para a luta pelo voto feminino. Na época, a primeira Constituição Republicana do Brasil, de 1891, era omissa quanto ao assunto. Desta forma, cabia aos estados regulamentar a questão. O Rio Grande do Norte foi o primeiro a retirar a restrição do voto às mulheres, em 1927.



1928

A fazendeira **Alzira Soriano**, também do Rio Grande do Norte, é eleita prefeita de Lajes pelo Partido Republicano. Seguiu na política como vereadora pelo município de Jardim de Angicos (RN). Foi reeleita para outros dois mandatos e presidiu a Câmara.



1932

As mulheres conquistam no Brasil o direito de votar e serem votadas para cargos eletivos no Executivo e no Legislativo. O Código Eleitoral da época permitia o alistamento eleitoral facultativo a mulheres de qualquer idade.

1934

Com a instituição do Estado Democrático de Direito e a promulgação da segunda Constituição brasileira, o direito constitucional para as mulheres votarem é implementado. O alistamento continua facultativo a mulheres que não exercem função remunerada.

1935

Duas mulheres tomam posse como deputadas estaduais por São Paulo. As pioneiras são **Maria Thereza Nogueira de Azevedo**, representantes de Campinas, e **Maria Thereza Silveira de Barros Camargo**, nascida em Piracicaba.

Azevedo participou da resistência feminina na Revolução Constitucionalista de 1932. Também fundou a Associação Cívica Feminina e a União Feminina Paulista.

Camargo fundou a Associação Cívica Feminina de Limeira e, em 1933, foi nomeada prefeita de Limeira.



1946

A obrigatoriedade do voto é estendida às mulheres com a promulgação da Constituição de 1946, "ressalvadas as hipóteses legais".

O Código Eleitoral de 1950 regulamentou essas "hipóteses legais" e tornou o alistamento facultativo a mulheres que não exerciam função remunerada.

1965

O novo Código Eleitoral prevê o alistamento obrigatório de mulheres e homens, incluindo mulheres que não exercem atividade remunerada.

1995

A Lei Eleitoral para as eleições municipais daquele ano passa a determinar o mínimo de 20% das vagas de cada partido e coligação para serem preenchidos por candidatas mulheres.

1997

A Lei das Eleições amplia o percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo. A exigência é estendida para municípios, estados e União.

2010

Dilma Vana Rousseff é eleita presidente do Brasil, sendo a primeira mulher a chegar ao cargo. Foi reeleita em 2014.



2018

As mulheres são a maioria dos eleitores no Brasil. Suzano segue a média nacional: dos 215.897 eleitores aptos a votar nas eleições passadas, 52,2% eram do sexo feminino. O eleitorado masculino da cidade é de 47,6%.

Esta maioria, porém, não se reflete na representação feminina nos cargos públicos eletivos. As mulheres seguem sendo minoria na Câmara dos Deputados (15%), Senado (13%) e assembleias legislativas (15%). Atualmente, há apenas uma governadora mulher entre as 27 unidades da federação.

Dos 5.568 municípios do Brasil, apenas 13,4% são comandados por mulheres. Elas também ocupam cerca de 10% das cadeiras nas câmaras municipais.

Atualmente (2020), em Suzano, dos 19 vereadores apenas duas são mulheres – o que equivale a cerca de 10%.

[Com informações dos portais <u>www.tse.jus.br</u>, <u>www.alesp.gov.br</u> e <u>www.nexojornal.com.br</u>]

Conquista do voto feminino no mundo

1983 – Nova Zelândia

1902 – Austrália

1913 - Noruega

1917 – Rússia

1918 – Alemanha e Polônia

1920 - Estados Unidos

1932 - Brasil

1934 – Turquia

1944 – França

1945 – Senegal

1949 – China

1950 – Índia

1956 – Egito

1971 – Suíça

1974 – Jordânia

1994 – África do Sul

2005 – Kuwait

2015 – Arábia Saudita Fonte: www.tse.jus.br

MULHERES NO LEGISLATIVO: A HISTÓRIA DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DE SUZANO

Desde a emancipação de Suzano, em 2 de abril de 1949, 17 mulheres ocuparam cadeiras no Legislativo suzanense. Conheça quem são elas.

Agostinha Raphaela Maida Molteni (Dona Augusta) 1a legislatura (1949-1953)

Suplente, cumpriu mandato interino como vereadora diversas vezes nesta legislatura, o que a tornou pioneira na Câmara de Suzano. Teve o mesmo número de votos que o vereador José Gonçalves Capela. O desempate foi definido por idade, a favor de Capela. De acordo com Jorge Salvarani Neto, no livro "Suzano: noções históricas e evolução das legislaturas", Dona Augusta participou ativamente do processo de emancipação político-administrativa do município.

Em sua homenagem, a escola municipal do Jardim Bela Vista leva seu nome.



Elizabeth da Silva Moretti (Bitoca) 8^a, 9^a e 11^a legislaturas (1977-1983, 1983-1988 e 1993-1996)

Primeira mulher a ser eleita vereadora em Suzano, com 720 votos. Suplente na 9ª e 11ª legislaturas também exerceu a vereança cumprindo mandato interino.

Em entrevista realizada pelo jornal A Comarca de Suzano (atual Diário de Suzano) publicada em 7 de agosto de 1982, Bitoca, que era candidata à reeleição, afirmou que não sofria preconceito por ser mulher na Câmara de Suzano. "Não encontrei barreiras quando assumi a vereança, todos os vereadores foram solidários comigo porque sempre fui eu mesma", disse.



Ivanir de Lima Franco 9ª legislatura (1983-1988)

Eleita com 971 votos, Ivanir atuava como professora no Distrito de Palmeiras. Na época em que era vereadora, o jornal Gazeta Popular fez uma entrevista com a parlamentar sobre ser mãe pela primeira vez. Na época, Ivanir estava grávida de seis meses. "A gente amadurece muito, aos poucos vai sentindo que está mudando."



Mercedes Takako Murakami

9^a legislatura (1983-1988)

Primeira e única descendente de japoneses até o momento a exercer a vereança na história de Suzano, sendo a mais votada na ocasião, com 1.103 votos.

No livro "Memórias de Suzano: histórias e fotos de todos os tempos, do vilarejo à cidade grande", Mercedes Murakami conta que teve o apoio da maioria: "Enfrentei alguns olhares feios e comentários de desaprovação pelo fato de uma mulher assumir um cargo na política. Mas foram poucos. Enfrentava estas situações da forma como o meu pai me ensinou: os obstáculos vão sempre existir, mas não se pode deixar abater por eles e sim passar por cima".

Mercedes chegou a candidatar-se à Presidência da Câmara. Entre as leis municipais de autoria de Mercedes está a que criou no município o "Dia da Visão", a ser comemorado no dia 25 de abril de cada ano, com a realização da "Campanha da Boa Visão". O programa que busca identificar e tratar problemas de visão em crianças e idosos de Suzano, existente até hoje.



Dulce Leite de Lima 11^a legislatura (1993-1996)

Suplente, cumpriu mandato interino por 30 dias em 1995. De acordo com Jorge Salvarani Neto, no livro "Suzano: noções históricas e evolução das legislaturas", teve participação com destaque nos assuntos relacionados à educação.



Maria de Lourdes da Silva Marin 11^a legislatura (1993-1996)

Suplente, cumpriu mandato interino em 1996. Obteve 427 votos na eleição. Sua família é muito presente na política suzanense. Maria de Lourdes é irmã da também ex-vereadora Bitoca e mãe do expresidente da Câmara Arnaldo Marin Júnior, o Nardinho. Em entrevista ao jornal Diário de Suzano em 1996, quando assumiria o mandato interinamente, disse: "Acho importante a presença de uma mulher na Câmara".



Marli Alves da Silva 12ª legislatura (1997 a 2000)

Foi eleita com 750 votos. Em reportagem do jornal Diário de Suzano de 2001, ela afirmou que era respeitada pelos colegas: "A nossa opinião somava tanto quanto à dos vereadores homens", disse ela, que complementou que recebia palavras de incentivo da população quando visitava os bairros.



Terezinha Rodrigues de Almeida 12ª e 13ª legislaturas (1997-2000 e 2001-2004)

Foi eleita com 1.311 votos para a 12ª legislatura e reeleita com 1.066 votos para a 13ª. Em reportagem do Diário de Suzano de 2001, Terezinha dizia que sentia discriminação por ser mulher: "Nestes dois mandatos, pude observar que dificilmente pedem a nossa opinião", afirmou ela, que na época estava em seu segundo mandato.

Entre as leis municipais de sua autoria estão a que dispensava de passar pelas catracas dos ônibus de transporte coletivo no município gestantes a partir de 25^a semana de gravidez e obesos acima de 120 quilos. A legislação é de 2002.

Também é de autoria da parlamentar a lei de 2002 que concede desconto de 50% em ingressos de cinemas, teatros, museus, circos, parques e demais centros de lazer e diversões públicas em Suzano para pessoas acima de 60 anos. Terezinha também criou, em 2003, a Semana do Livro Infantil no Município de Suzano, a ser realizada anualmente na primeira semana de abril. Ela também é autora da legislação que instituiu que empresas credenciadas prestadoras de transportes coletivos tenham veículo adaptado para pessoas com deficiência em todas as linhas por onde circulam em Suzano.



Ana Medeiros dos Santos 13^a legislatura (2001 a 2004)

Foi agente da Pastoral da Criança. Candidatou-se a prefeita em 1996 e a deputada estadual em 1998. Em 2000, candidatou-se a vereadora e ficou como primeira suplente de seu partido. Assumiu a cadeira na Câmara de Suzano em 18 de outubro de 2001, durante afastamento temporário dos vereadores titulares.



Lucia dos Santos Montibeller 13^a e 14^a legislaturas (2001-2004 e 2005-2008)

Foi eleita com 1.233 votos para a 13ª legislatura e reeleita com 1.972 votos para a 14ª. Em reportagem do Diário de Suzano de 2001, falou sobre o preconceito existente contra as mulheres na política: "É uma questão de cultura", afirmou ela, que na época, disse não notar preconceito por parte dos colegas vereadores.

Entre as leis municipais de autoria de Lucia Montibeller está a que revoga o alvará de funcionamento de estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas a crianças ou adolescentes, de 2006.



Quitéria David da Silva Araújo 14ª, 15ª e 16ª legislaturas (2005-2008, 2009-2012 e 2013-2016)

Foi a mulher que mais vezes foi eleita vereadora em Suzano até o momento. Para sua primeira legislatura, em 2004 foi eleita com 1.031 votos. Foram três mandatos seguidos, iniciados em 2005 e encerrados em 2016.

Na 15ª legislatura, ela foi a única mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo.

Entre as leis municipais de sua autoria, está a que instituiu, em 2006, a Semana Municipal de Prevenção e Assistência Integral às Pessoas com Anemia Falciforme, a ser comemorada próximo ao dia 25 de abril. Também é de Quitéria a lei municipal que criou o feriado de 20 de novembro, em homenagem ao Dia da Consciência Negra, em vigor no município desde 2009.



Neusa dos Santos Oliveira (Neusa do Fadul) 16^a e 17^a legislaturas (2013-2016 e 2017-2020)

Gestora pública, Neusa do Fadul está em seu segundo mandato como vereadora. Foi reeleita com 1.408 votos. É relatora da Comissão de Administração Pública e membro da Comissão de Economia da Câmara de Suzano.



Lindinalva Oliveira Bertoncelo (Linda do Gás) 16^a legislatura (2013-2016)

Suplente, cumpriu mandato interino na Câmara de Suzano de 5 a 13 de novembro de 2014.



Abigail Maria do Carmo 16^a legislatura (2013-2016)

Assumiu a vereança em 15 de abril a 31 de dezembro de 2016, após a morte do vereador Marsal Rosa em um acidente de carro. Entre as leis municipais de sua autoria, estão as que instituíram no calendário oficial de Suzano o Dia Municipal de Doação de Leite Humano (19 de maio); com o objetivo de estimular a doação de leite materno; o Dia do Leonismo (10 de outubro); e o Dia Municipal da Conquista do Voto Feminino no Brasil (9 de agosto).



Maria Alice Porfírio da Silva 16^a legislatura (2013-2016)

Suplente, assumiu a cadeira de 23 de setembro a 21 de outubro de 2015. É de autoria da vereadora a lei municipal que instituiu no calendário oficial de Suzano, em 2015, o Dia Municipal do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), celebrado em 5 de abril.



Marlene Silva Santana 16^a legislatura (2013-2016)

Servidora pública, assumiu mandato interino de 21 de outubro a 2 de novembro de 2015. É conhecida pelo trabalho assistencial no município, iniciado em 2010, durante o tratamento contra o câncer. Desde então, recupera bonecas que seriam descartadas, cria novas roupas e doa para crianças e adultos com a doença.



Gerice Lione (Esposa do Prefeito da Academia) 17^a legislatura (2017-2020)

Em seu primeiro mandato, foi a primeira mulher a ocupar a Presidência da Casa de Leis, no biênio 2019-2020. Entre as leis de sua autoria que estão em vigor no município estão as que instituíram em Suzano a Patrulha Maria da Penha e o Grupo Unido na Ação de Resistência às Drogas (Guard). Também é de autoria da vereadora a lei que dispõe sobre contrapartidas a serem adotadas em novos empreendimentos no município no tocante à segurança e prevenção contra incêndios.



Fontes de pesquisa: Arquivo da Câmara de Suzano, arquivo do jornal Diário de Suzano, arquivo do jornal Gazeta Popular, livro "Suzano: noções históricas e evolução das legislaturas", de Jorge Salvarani Neto (2005), e livro "Memórias de Suzano: histórias e fotos de todos os tempos, do vilarejo à cidade grande", de Simone Leone, Carla Fiamini, Douglas Pires e Gisleine Zarbietti (2009).